

# Relatório OIT

## Oportunidades de Emprego

*Em continuidade à publicação do material divulgado na Reunião Tripartite de Alto Nível sobre Negociação Coletiva, realizada em novembro de 2009 pela OIT, nesta edição o tema abordado será “Oportunidades de Emprego”:*

O trabalho é um dos principais vínculos entre o desenvolvimento econômico e o social, uma vez que representa um dos principais mecanismos por intermédio dos quais os seus benefícios podem efetivamente chegar às pessoas e, portanto, serem melhor distribuídos. Cerca de 80,0% da renda total das famílias latino-americanas, ou seja, grande parte da renda familiar e, por conseguinte, das condições de vida dos indivíduos, depende primordialmente dos rendimentos gerados no mercado de trabalho. Por esse motivo, as oportunidades de emprego representam um dos principais pilares para a promoção do trabalho decente. Os principais indicadores utilizados para analisar as oportunidades de emprego, no âmbito deste relatório, são as taxas de participação, o nível de ocupação e a taxa de desemprego.

De modo geral, a oferta laboral é determinada pelo tamanho da população (resultante das taxas anteriores de crescimento vegetativo e migração líquida), pela estrutura da população por idade e sexo determinada pela interação entre fecundidade, mortalidade e migração e pelo comportamento das taxas de participação (proporção das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas em idade ativa) por idade e sexo que, por sua vez, são influenciadas por fatores econômicos, sociais e culturais.

Tradicionalmente, as mulheres participam menos que os homens no mercado de trabalho. No entanto, é importante ressaltar o fato de que, em geral, o conceito de trabalho é baseado em uma definição de atividade econômica que não abarca um conjunto de atividades mais comumente realizadas pelas mulheres. Sendo assim, várias trabalhadoras são enquadradas na condição de economicamente “inativas”. Em virtude dessa “invisibilidade do trabalho feminino”, um significativo aporte laboral das mulheres é subestimado e não se reflete na taxa de participação. Com base nas informações da PNAD é possível constatar a real dimensão deste processo de subestimação do efetivo trabalho feminino. No Brasil, em 2007, do contingente total de 23,1 milhões de mulheres “inativas” com 16 a 64 anos de idade, cerca de 92,0% (21,2 milhões de pessoas) realizam afazeres domésticos. Já entre os homens inativos, tal proporção era de apenas 49,1%. Esta invisibilidade do trabalho feminino fica ainda mais evidente ao se constatar que as mulheres brasileiras “inativas”

economicamente despendiam em média 33 horas semanais de trabalho com os afazeres domésticos.

Apesar disso, as taxas de participação feminina vêm crescendo a um ritmo bastante superior às masculinas. Com efeito, a participação feminina no mercado de trabalho cresceu de 56,7% em 1992 para 64,0% em 2007, ou seja, cerca de sete pontos percentuais em 15 anos. Por outro lado, a participação masculina apresentou declínio ao passar de 89,8% para 86,3% durante o mesmo período. Como resultado dessas tendências opostas diminuiu o diferencial de participação entre homens e mulheres e a taxa de participação total apresentou um ínfimo crescimento ao passar de 72,8% em 1992 para 74,8% em 2007. Em decorrência da maior incorporação ao mercado de trabalho, as mulheres passaram a representar 44,0% da PEA nacional em 2007, contra 40,0% em 1992.

A análise do nível de ocupação total demonstra que as taxas vigentes (em torno de 68,0%) nos primeiros anos da década passada (1992 e 1993) eram praticamente as mesmas dos anos de 2006 e 2007 (68,6%). Entretanto, vale ressaltar que, ao longo dos últimos anos da série histórica, a taxa de ocupação evoluiu 2,3 pontos percentuais, ao passar de 66,3% em 2003 para 68,6% em 2007. Mediante uma perspectiva de gênero as taxas apresentaram comportamentos bastante diferenciados. Com efeito, o período de 1992 a 2007 foi marcado por um crescimento do nível de ocupação das mulheres (de 52,2% para 57,0%) vis a vis uma diminuição da ocupação masculina (de 85,0% para 81,0%), refletindo a mesma tendência já apontada em relação à taxa de participação. Em conseqüência, reduz-se o diferencial entre os níveis de ocupação de homens e mulheres: de 32,8 pontos percentuais, em 1992, para 24,0 em 2007, ou seja, de 8,8 pontos percentuais em 15 anos. Tratando-se do atributo cor/raça, observa-se que o nível de ocupação dos trabalhadores brancos aumentou ligeiramente de 67,8% para 69,5% entre 1992 e 2007, ao passo em que entre os ocupados negros foi observado um ligeiro declínio (de 68,5% para 67,6%).

A trajetória do desemprego ao longo do período em análise foi bastante sensível aos períodos de crise econômica e de maior intensidade do crescimento do PIB. A taxa de desocupação declinou de 6,4% para 6,0% entre 1992 e 1995, beneficiando-se da recuperação do crescimento econômico durante o triênio 1993-95 (média de crescimento do PIB de 4,8% ao ano), em função, sobretudo, da implementação do Plano Real e da conseqüente redução da inflação. Já durante o triênio 1997-99 o desemprego voltou a subir de maneira significativa, alcançando 9,7% da PEA em 1999. Entre os fatores que explicam esse resultado estão os fortes impactos das crises asiática (1997) e russa (1998) sobre a economia brasileira, que forçaram o país a desvalorizar o Real no início de 1999 e arrefeceram o ritmo de crescimento do PIB>

Durante a primeira metade da década de 2000 a taxa de desemprego permaneceu elevada chegando a quase dois dígitos (9,9%) no ano de 2003. Vale ressaltar que, além das baixas taxas de incremento do PIB, o desemprego foi também impulsionado pela maior oferta de trabalhadores no mercado de trabalho durante esse período. Com efeito, a taxa de participação evoluiu de 72,4% ano de 2001 para 75,0% em 2005, apesar da redução do ritmo médio de crescimento da população em idade ativa em comparação com a década de 1990. Mediante a aceleração do crescimento da economia a partir de 2005, aliada a uma maior elasticidade produto-emprego e os sucessivos incrementos do emprego formal, o desemprego volta a diminuir de 9,5% para 8,6% entre 2005 e 2006 e posteriormente para 8,3% em 2007.

Por outro lado, ao contrário do que ocorreu com a taxa de participação e o nível de ocupação, ampliaram-se as diferenças entre as taxas de desemprego de homens e mulheres, brancos e negros. Entre 1992 e 2007, a taxa de desemprego masculina cresce de 5,4% para 6,1% (0,7 ponto percentual) e a feminina expande-se em 3,0 pontos percentuais (p.p.) ao passar de 8,0% para 11,0%. Entre os trabalhadores brancos a taxa aumenta de 5,8% para 7,3% (1,5 p.p) e entre os negros de 7,2% para 9,3% (2,1 p.p).

Um dos principais traços estruturais do mercado laboral juvenil no Brasil (assim como era em diversos outros países) é a prevalência de taxas de desemprego significativamente mais elevadas do que àquelas correspondentes à população adulta. Com efeito, enquanto que no ano de 2007 a taxa total de desemprego (referente aos trabalhadores de 16 a 64 anos de idade) era de 8,3% entre os jovens (15 a 24 anos de idade) essa cifra alcançava 17,0%, ou seja, era mais do que duas vezes superior. A magnitude da taxa de desemprego juvenil contribui para que também seja expressivo o número de jovens entre o contingente total de desempregados. De fato, no ano de 2007, frente à população total desocupada de 7,8 milhões de trabalhadores, cerca de 3,6 milhões de pessoas (46,7 do total) tinham entre 15 e 24 anos de idade.

A taxa de desemprego entre os jovens elevou-se de 11,9% para 17,0% entre 1992 e 2007 (o correspondente a 5,1 p.p), após ter alcançado um pico de 19,4% em 2005. A taxa de desemprego dos adultos também aumentou no período, porém com menor intensidade (1,9 p.p) ao passar de 6,4% para 8,3%. Vale ressaltar que, entre 2005 e 2007, a desocupação caiu tanto entre os jovens quanto entre os adultos em função dos níveis de crescimento econômico e do conseqüente desempenho do mercado formal de trabalho. No entanto, os significativos diferenciais das taxas de desemprego entre esses grupos populacionais se mantiveram.

A incidência e o contingente do desemprego entre os jovens guarda relação direta com aspectos de natureza demográfica e estruturais associados ao mercado de trabalho. Pelo lado da oferta, a pressão de origem demográfica se fez fortemente presente durante toda a década de 1990 e primeira metade

da atual década, fruto, sobretudo, da *onda jovem*, que gerou efeitos de caráter duradouro. Isto ocorreu porque o crescimento da PIA e da PEA foi bastante condicionado pelos elevados níveis de fecundidade vivenciados no passado. Esse processo irá manter-se, embora com uma intensidade cada vez menor, até o final da próxima década. Ou seja, pelo lado da oferta, o desafio será o de conviver com uma pressão, de origem demográfica da *onda jovem*, por novos empregos pelo menos até o ano de 2020, apesar desse fenômeno já ter começado a se atenuar na segunda metade da atual década. De fato, os dados da PNAD demonstram que, em 2006, pela primeira vez ao longo das últimas décadas, reduz-se simultaneamente o número absoluto e o percentual de participação de jovens na estrutura da população, já anunciando a inflexão da chamada *onda jovem*. Em que pese a inflexão e mesmo diante do franco processo de envelhecimento, aproximadamente 18,0% da população brasileira ainda era composta por adolescentes e jovens de 15 a 24 anos de idade no ano de 2007.

A análise da desocupação juvenil mediante uma perspectiva de gênero, raça/cor e situação do domicílio (urbana e rural) permite constatar que a intensidade do mesmo assume grande heterogeneidade. No ano de 2007, a taxa de desemprego das mulheres jovens (22,1%) era bastante superior (cerca de 9,0 p.p.). Os níveis de desocupação dos jovens negros (18,0%) também eram mais elevados que o dos brancos (15,9%) em 2007, tendo apresentado um ligeiro aumento do diferencial entre 1992 e 2007 (de 1,2 para 2,1 p.p.).

Tratando-se da situação do domicílio, observa-se que nas áreas classificadas como urbanas a taxa de desocupação atingia 18,8% dos trabalhadores jovens enquanto que nas áreas rurais a taxa era expressivamente menor (7,1%). Merece destaque o fato de que, apesar do menor nível de desemprego entre a juventude rural, a taxa mais do que dobrou ao longo do período analisado ao passar de 3,1% para 7,1% - variação proporcionalmente muito mais expressiva do que a registrada entre a juventude urbana, cuja taxa evoluiu de 14,7% para 18,8% no mesmo período.

Em 2007, um expressivo contingente de 6,4 milhões de jovens (18,8% do total) não estudava nem trabalhava. Isso significa que praticamente 1 de cada 5 jovens brasileiros de 15 a 24 anos de idade encontrava-se nessa situação. Apesar do percentual ter diminuído levemente em comparação com o ano de 1992 (quando estava situado em 21,1%) e não ter aumentado desde 2001 (19,4%), ainda é muito elevado. Ademais, a referida proporção vem apresentando grande resistência em diminuir mesmo num contexto de maior crescimento econômico, aumento do emprego formal e dos níveis de escolaridade, já que se manteve praticamente inalterada entre 2003 e 2007.

A análise deste indicador segundo uma perspectiva de gênero e cor/raça revela uma face ainda mais preocupante da situação juvenil. Em 2007, a proporção de mulheres adolescentes e jovens que não estudavam nem

trabalhavam (25,8%) era mais do que o dobro (2,2 vezes) da proporção de homens na mesma situação (12,0%). Vale ressaltar que, em 1992, esse diferencial era praticamente o triplo: 31,4% para as mulheres e 10,8% para os homens. O percentual também é sistematicamente mais elevado (em torno de cinco p.p.) entre os jovens negros em comparação com os brancos (21,2% contra 16,2% em 2007) e foi ampliado ao longo do período em análise, já que nos primeiros anos da década de 1990 os diferenciais giravam ao redor de 3,0 p.p. Outro aspecto que merece destaque é que ao se entrelaçarem as dimensões de gênero e raça, as desigualdades ficam ainda mais evidentes; no ano de 2006, entre as jovens mulheres negras a proporção daquelas que não estudavam nem trabalhavam era de 29,2% e era cerca de três vezes superior a dos jovens brancos do sexo masculino (10,3%).

O expressivo diferencial entre a proporção de jovens homens e mulheres que não estudam e nem trabalham é bastante condicionado por questões de gênero. Apesar de possuir maiores níveis de escolaridade, as jovens apresentam maiores taxas de desemprego e menores taxas de participação. O afastamento das jovens da escola e do mercado de trabalho num percentual bastante superior ao dos homens é fortemente condicionado pela magnitude da dedicação das mesmas aos afazeres domésticos e às responsabilidades relacionadas à maternidade, sobretudo quando a gestação ocorre durante a adolescência. A análise do indicador referente à proporção de jovens que não estudam e nem trabalham excluindo-se os desempregados, corrobora essa questão. Com efeito, em 2007, a referida proporção era de 18,6% entre as mulheres jovens e de 6,9% entre os homens, isto é, 2,7 vezes superior entre a juventude feminina, contra 2,2 vezes ao utilizar-se o indicador tradicional que inclui os desempregados, evidenciando-se, portanto, que uma significativa proporção da "inatividade" das jovens é condicionada pelos afazeres domésticos e/ou dedicação à maternidade.

Uma dimensão fundamental da qualidade dos postos de trabalho é a disseminação dos contratos regulares, isto é, aqueles definidos segundo a legislação vigente e que propiciam acesso à proteção social. Diante deste contexto, a redução da informalidade é um elemento central para a promoção do trabalho decente. Em função das transformações ocorridas na esfera produtiva e seus respectivos desdobramentos no mercado de trabalho, a informalidade aumentou durante a década de 1990. A Taxa de Formalidade diminuiu de 46,4% para 43,9% entre 1992 e 1999. Já durante a década de 2000, a tendência é revertida e os níveis de formalidade passam a crescer sistematicamente a partir de 2002, com maior intensidade a partir de 2004, quando a taxa, que já se situava em 46,3% aumenta para 49,5% em 2007. Esse desempenho esteve diretamente associado à expansão do emprego formal que aumentou 19,7% entre 2004 e 2007, segundo as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Apesar dessa evolução positiva, é necessário enfatizar que a proteção social só alcança a metade dos trabalhadores brasileiros, sendo a informalidade ainda mais acentuada entre mulheres, negros e algumas categorias de posição na ocupação. Apesar do incremento de cerca de 6,0 p.p. entre 1992 e 2007, a taxa de formalidade feminina (46,7%) ainda era 5,0 p.p. inferior à masculina (51,6%) no ano de 2007. Mesmo diante da evolução de 36,6% para 42,5% entre 1992 e 2007 – que contribuiu para a redução da desigualdade – a proporção de trabalhadores negros com proteção social ainda era de 13,5 p.p. inferior à dos trabalhadores brancos.

A análise da formalidade por posição na ocupação revela que a taxa de formalidade entre os trabalhadores domésticos evoluiu de 19,4% para 28,1% entre 1992 e 2007. Em que pese a expansão de 8,7 p.p., observa-se que apenas pouco mais de um quarto dos trabalhadores domésticos contavam com proteção social. Em função da grande hegemonia feminina no trabalho doméstico (superior a 90,0%), a taxa de formalidade das trabalhadoras domésticas (27,2% no ano de 2007) era praticamente a mesma daquela referente ao conjunto total de trabalhadores desta categoria (28,1%). Mesmo tratando-se de uma posição na ocupação de amplo predomínio de mulheres, a taxa de formalidade masculina (42,2% ainda era bastante superior em comparação com a feminina (27,2%) em 2007, apesar do crescimento mais intenso desta última ao longo do período 1992/2007. O baixo grau de formalidade nas relações de trabalho das domésticas, associado ao fato de que essa posição na ocupação responde por cerca de 20,0% da ocupação total feminina no país, contribui decisivamente para que a taxa de formalidade total das trabalhadoras seja inferior a dos trabalhadores, conforme analisado anteriormente.

Entre os trabalhadores por conta própria chama a atenção o fato de que, durante todo o período que compõe a série histórica em análise (15 anos) a proporção dos que contribuem para a previdência social jamais chegou a 20,0%. Ademais, contrariamente à tendência geral, a referida proporção caiu de 19,4% para 16,6% entre 1992 e 2007. Essa contração ocorreu indistintamente, tanto por sexo como por cor/raça. A proporção de trabalhadores por conta própria que contribuíam para a previdência social era ainda menor entre as mulheres (13,7%) e principalmente entre os negros (9,3%) em comparação com os brancos (23,8%). O conjunto dos indicadores revela que os maiores níveis de informalidade vivenciados pelas mulheres e pelos trabalhadores negros guardam relação direta com a sobre-representação dos mesmos nas ocupações mais precárias e sem proteção social.

Vale ressaltar que o conjunto destas informações e análises referentes à dimensão *Oportunidades de Emprego* considerou a situação do mercado de trabalho até o ano de 2007 em função da disponibilidade dos dados da última PNAD divulgada. Frente a essa situação, não trata das mudanças no mercado

de trabalho provenientes da crise internacional, desencadeada a partir do último trimestre de 2008. Entretanto, pode se mencionar que os impactos mais perceptíveis até o presente momento foram o aumento do desemprego e a diminuição do ritmo de geração de empregos formais. Por outro lado, cabe evidenciar que, a partir do segundo trimestre de 2009, os indicadores voltaram a melhorar, mas ainda sem recuperar os níveis experimentados anteriormente à crise. Dados da PME mostram que a taxa de desemprego subiu a 8,1% em agosto de 2009, comparado com 7,6% em agosto de 2008. O emprego formal voltou a crescer em março de 2009, depois de perdas nos meses entre novembro de 2008 e fevereiro de 2009. A criação de emprego formal no período de janeiro-agosto 2009 foi de 680.000 empregos em comparação com 1,8 milhões de empregos formais para o mesmo período em 2008.